

A IDEOLOGIA DAS POLÍTICAS DOS PARLAMENTARES DO (P)MDB EM 2015 E 2016

*Lucas Garcia da Silva*¹

Resumo

O artigo em questão tem como objetivo classificar o comportamento ideológico dos parlamentares do PMDB, em 2015 e 2016, através dos projetos de lei apresentados, no Congresso Nacional, pelos deputados federais do partido. A metodologia de classificação ideológico partidária utilizada nesta pesquisa seguiu os passos de uma metodologia formulada pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso, do PPG em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, a qual é calcada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, onde os sentidos sobre esquerda e direita advêm do próprio campo da representação política. Para cumprir o objetivo principal da pesquisa, foram analisados 325 projetos de lei apresentados pelos deputados federais do PMDB no período de 1 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2016. Após análises, observou-se que os PLs apresentados pelos parlamentares peemedebistas estão direcionados às subáreas tributação e segurança pública, e se encontraram mais à direita do espectro ideológico.

Palavras-chave: PMDB; Ideologia; Esquerda; Direita.

Abstract

This article aims to classify the ideological behavior of the PMDB parliamentarians, in 2015 and 2016, through the presented bills, at the National Congress by the party deputies. The methodology to classify ideologically political parties used in this research follows a method formulated by Group of Research Ideologia e Análise de Discurso, of the Postgraduate Program in Political Science, of the Universidade Federal de Pelotas, based on the Ernesto Laclau and Chantal Mouffe theory of discourse, where the meanings about left and right come from the political representation field. To fulfill the main objective of the research, 325 bills distributed by federal deputies of the PMDB in the period from January 1, 2015 to December 31, 2016 were systematically assayed. The analyses show us that the presented bills by the peemedebian parliamentarians, in 2015 and 2016, are about taxation and public security, and met more to the right on the ideological spectrum.

Keywords: PMDB; Ideology; Left; Right.

Resume

El artículo en cuestión tiene como objetivo clasificar el comportamiento ideológico de los congresistas del PMDB en 2015 y 2016, a través de los proyectos de ley presentados en el Congreso Nacional por los diputados federales del partido. La metodología de clasificación ideológica de partidos utilizada en esta investigación siguió los pasos de una metodología formulada por el Grupo de Investigación Ideología y Análisis del Discurso, del PPG en Ciencia Política de la Universidad Federal de Pelotas, que se basa en la teoría del discurso de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, donde los significados sobre izquierda y derecha provienen del propio campo de la representación política. Para cumplir con el objetivo principal de la investigación, se analizaron 325 proyectos de ley presentados por diputados federales del PMDB en el período comprendido entre el 1 de enero de 2015 y el 31 de diciembre de 2016. Luego del análisis, se observó

¹ Mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: lucasgarcia@gmail.com.

que los PL presentados por los parlamentarios del PMDB son fiscalidad focalizada y pública. seguridad, y se encontraron más a la derecha del espectro ideológico.

Palabras-clave: PMDB; Ideología; Izquierda; Derecha.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho² tem como objetivo identificar o comportamento ideológico dos deputados federais da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³, em 2015 e 2016, através de uma análise discursiva sobre os projetos de lei submetidos pelos mesmos. A metodologia de classificação ideológica aqui utilizada segue o modelo proposto pelo Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, o qual elaborou um Quadro de Sentidos Ideológicos dividido em três grandes áreas temáticas – Estado, Economia e Social –, que dispõe de uma série de sentidos sobre os assuntos de cada uma destas áreas. Esses sentidos foram extraídos e formulados a partir do próprio campo discursivo da representação política parlamentar.

A escolha do PMDB como objeto de estudo neste artigo se deu por se tratar de um partido caracterizado como centrista⁴, e que tem uma ampla capacidade de diálogo com os diversos partidos políticos brasileiros (MELO, 2013). A opção por estudar os anos de 2015 e 2016 é relativa ao período pré e pós *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, onde o PMDB esteve diretamente envolvido. Acredita-se que estudar a atuação dos parlamentares deste partido, compreendendo o direcionamento de suas políticas, é de extrema relevância para a compreensão de sua identidade dentro de um momento de disputa política intensa no Congresso Nacional.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Primeiramente, apresentaremos uma seção sobre o PMDB, a fim discutir sua trajetória no campo político, como sua ideologia é enquadrada e como o partido atuava no período em que se estuda. Na segunda parte, explicaremos a metodologia de classificação ideológica partidária, e o processo de classificação dos projetos de lei. A última seção trata-se da apresentação dos resultados.

² Este artigo é fruto do trabalho “Comportamento ideológico dos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016”, apresentado no III Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Populismos e Democracia.

³ 1 Em dezembro de 2017, os integrantes do PMDB, em convenção nacional, aprovaram a mudança do nome do partido para Movimento Democrático Brasileiro, excluindo a letra “P” e voltando a usar o nome que deu origem à agremiação ainda no período da ditadura civil-militar. Este trabalho irá se referir ao partido como PMDB pelo fato do recorte temporal se dar ainda na nomenclatura antiga

⁴ A metodologia de pesquisa utilizada não trabalha com a ideia de centro.

2. PMDB: ORIGENS, TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO

O surgimento do PMDB, ainda com a sigla MDB, foi em outubro de 1965, através do Ato Institucional de número 2, quando o presidente Castelo Branco acabou com o pluripartidarismo, instituindo um novo modelo no sistema político brasileiro. Esse regimento político previa um endurecimento na criação de partidos. Segundo Fleischer (2004, p. 308), no novo modelo, “bastava arregimentar 120 deputados federais e 20 senadores. Em tese, poderiam ter sido organizados três partidos novos, mas, na prática, foi difícil até mesmo conseguir dois”. Com isso, os defensores da ditadura fundaram a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), em 1965, e, em 1966, os oposicionistas, depois de alguns esforços, criaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (FLEISCHER, 2004).

Segundo Kinzo (1988), o MDB foi fundado “de cima para baixo”, devido ao fato de ter sido criado por parlamentares. Herdou uma parcela de congressistas do antigo PSD (43 deputados), de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, do PTB (78 deputados), de Leonel Brizola, e lideranças clandestinas do PCB e PCdoB. Suas principais pautas eram o fim da ditadura militar e o fim da repressão. Pelo fato de agregar membros conservadores e reformistas, constituindo uma heterogeneidade notável, sua ideologia foi caracterizada como “híbrida”, uma consequência natural do bipartidarismo, conciliando o fato de ser oposição ao regime ditatorial, portando um caráter unificador de um lado e do outro do espectro ideológico (MELO, 2013).

Após alguns sucessos da Aliança Nacional Renovadora em eleições legislativas e municipais, o MDB começou a ganhar força dentro do jogo político devido ao fim do milagre econômico⁵ e à regulamentação de campanhas eleitorais a partir de 1974. Em virtude disso, o governo militar promoveu um novo pluripartidarismo, em 1979, através da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nº 6767. O MDB se diluiu em quatro novos partidos, sendo eles: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), presidido por Ulysses Guimarães, e herdou as principais características do antigo MDB; Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves; Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado por Ivete Vargas (FLEISCHER, 2015).

O PMDB teve certa notoriedade nesse novo modelo pluripartidário que permeou nos últimos cinco anos do regime militar. Portando, as mesmas características heterogêneas do MDB, eles contavam com a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, atrás apenas do PDS

⁵ Milagre econômico foi um período de 1968 até 1973 em que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro teve extraordinárias taxas de crescimento aliadas à uma inflação relativamente baixa para os padrões do Brasil (VELOSO, 2008).

(partido oriundo da antiga ARENA). Encabeçou inúmeros movimentos que lutaram pelas eleições diretas para presidente, sendo uma “voz institucional” dentro do jogo político (MELO, 2013). Em 1982, nas primeiras eleições diretas para governador dos estados em aproximadamente 20 anos, o PMDB teve um número expressivo de candidatos eleitos, equilibrando forças com o partido governista, mostrando que cada vez mais o regime militar ia perdendo força. Em 1985, houve a formação do colégio eleitoral que elegeu o deputado federal Tancredo Neves, do PMDB, para Presidência da República, dando início a uma nova era no Brasil.

Desde o fim do regime militar, em 1985, e a nova emenda constitucional que liberou a formação de novos partidos políticos, O PMDB sempre peça central na disputa política. O partido ocupou a Presidência da República três vezes neste período, com José Sarney (1985-1990), Itamar Franco (1992-1995) e Michel Temer (2016-2018). Ao longo dos governos, o partido mostrou muita habilidade para conseguir se infiltrar no poder, independente do partido e da ideologia que ocupava o executivo. Participou de todos os governos através de ministérios, ocupando pelo menos uma vaga, inclusive no governo Collor, onde, mesmo sem participar da base de apoio, acabou tendo um ministério. Fez coalizão com o PSDB nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Com Lula, do PT, ficou fora da coalizão apenas no primeiro mandato, em 2003, e esteve do lado de Dilma Rousseff, também do PT, até março de 2016, quando resolveu romper com o Partido dos Trabalhadores e articular o processo de *impeachment*, que acabou se concretizando em agosto do mesmo ano. Segundo Melo (2013), tais fatores são possíveis devido à facilidade do PMDB de modelar-se conforme o jogo político, do seu alto poder de barganha.

O antigo MDB, por ser um partido cuja principal bandeira era a luta pela democracia, recrutou políticos de diversas vertentes ideológicas, sejam eles conservadores ou liberais, característica típica de um partido *catch all*. O PMDB teve grandes vantagens em herdar esses atributos, pois obteve uma boa margem eleitoral por todo o país. Por ser um partido de centro e com um alto número de representantes, o partido se coliga com agremiações de direita e de esquerda sem perder eleitores e causar dissolução interna (MELO, 2013).

O fato do partido ser extremamente heterogêneo e não se identificar com nenhum dos extremos presentes no espectro ideológico influencia diretamente na sua estratégia política. Em cada região do Brasil, o PMDB contém inúmeras lideranças locais, que possuem diferentes intenções e planos políticos, tornando uma ascensão nacional em torno de um candidato à Presidência da República uma situação muito acirrada, dada a dificuldade em conciliar os interesses de suas bases regionais (MELO 2013). Por esses fatores, o partido opta por focar seus esforços nas figuras locais, aumentando a sua capilaridade e, consequentemente, atraindo outras agremiações

políticas a realizar coligações devido ao elevado número cargos ocupados pelo PMDB. Dilma (PT) venceu as eleições para presidente em 2014 com o PMDB compondo sua chapa, porém, o clima entre os partidos não era dos melhores. A ala peemedebista de Eduardo Cunha tinha fortes desavenças com a presidenta, e o mesmo já tinha montado um bloco independente de sete partidos diferentes dentro do Congresso. A disputa entre os dois se tornou oficial quando Eduardo Cunha se candidatou à Presidência da Câmara, em 2015, rompendo o pacto entre PT e PMDB de alternância no poder (SINGER, 2018).

Em 2015, o vice-presidente Michel Temer rompeu com Dilma, grupos de direita, insatisfeitos com o governo petista, passaram a ir às ruas pedindo o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. E o PSDB, estimulado por essa instabilidade, viu na insatisfação do PMDB com o PT a oportunidade de articular uma manobra política que pudesse derrubar a presidenta eleita em 2014. Singer (2018) afirma que, inicialmente, o Partido da Social Democracia Brasileira estava dividido em três frações quanto à melhor estratégia a ser tomada para derrubar Dilma. A ala de Aécio Neves visava um meio de caçar a chapa Dilma-Temer e convocar um novo pleito eleitoral, visto que, segundo as opiniões de pesquisa pública, o candidato derrotado em 2014 era visto como o nome favorito em caso de novas eleições. Singer (2018) ainda aponta que o grupo de Geraldo Alckmin visava fazer oposição firme ao governo Dilma até o fim de seu mandato, com o PT chegando desgastado para 2018 e, naturalmente, os tucanos vencendo as eleições. José Serra buscava a derrubada por meio de uma aliança com o PMDB, com os peessedebistas compondo a base de governo do vice Michel Temer (SINGER, 2018).

Na medida em que os mecanismos jurídicos capazes de sustentar o *impeachment* foram sendo descobertos, os tucanos não encontraram outra saída senão a ideia de José Serra. Dado o isolamento parlamentar de Dilma, a piora da situação econômica, as fortes denúncias da operação Lava-Jato⁶ e as incessantes manifestações pedindo a saída da presidenta, Temer construiu, ao lado de Serra, a coalizão que consolidou o impedimento de Dilma, contando com a contribuição de Eduardo Cunha no Congresso Nacional (SINGER, 2018).

As informações aqui apresentadas visaram introduzir o histórico de atuação e ambiente que o partido estava inserido no período de estudo. A seguir, discorreremos sobre o trajeto metodológico para a nossa análise, seguido dos resultados.

⁶ A operação Lava-Jato, deflagrada pela Polícia Federal, teve início em 17 de março de 2014, visando investigar esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

3. METODOLOGIA

Na ciência política brasileira, é possível observar diferentes métodos de classificar partidos (LIMONGE e FIGUEIREDO, 1995; KINZO, 2007; POWER e ZUCCO JR, 2009; TAROUÇO e MADEIRA, 2013; JORGE, SILVA, FARIA e FERREIRA, 2018)⁷. Todas elas têm em comum o fato de classificar a ideologia dos partidos políticos de uma maneira homogênea, tornando os partidos como unidades uniformes. Acredita-se que, devido à heterogeneidade interna dos partidos políticos brasileiros, esse tipo de classificação não possibilita a captação da real dimensão da ideologia dos partidos. Tomemos como exemplo o PMDB, nosso objeto de estudo, onde mostramos, na seção anterior, como esse partido é descentralizado, possuindo inúmeras lideranças, nas diferentes bases regionais, que se coligam com diferentes espectros ideológicos.

Portanto, a presente proposta de classificação ideológico partidária⁸ não tem como objetivo classificar os partidos políticos como um todo. Mas sim, levar em conta sua heterogeneidade interna e classificá-los conforme suas políticas e ações, de uma maneira precária e contingente⁹.

A metodologia aqui pretendida é calcada na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a qual enxerga o discurso não apenas em falas, mas também em práticas e ações de sujeitos no social. Esse discurso é formado através de um processo de articulação, que ocorre através de elementos – sentidos que flutuam no social sem estarem articulados –, os quais se articulam em torno de um ponto nodal, transformando-os em momentos dentro de uma cadeia de equivalência. O resultado desse processo é o discurso. Outro fator fundamental para constituição de uma ordem discursiva é o antagonismo. Ele é, ao mesmo tempo, a impossibilidade da consolidação de uma totalidade discursiva, assim como sua própria condição de formação, pois todo o discurso se constitui através da sua diferença, da sua negação (LACLAU e MOUFFE, 2015).

Com base nessas premissas teóricas, produziu-se um quadro de sentidos ideológicos que permite classificar ideologicamente diferentes tipos de ações dos sujeitos políticos, sejam projetos de lei, medidas provisórias, programas de governo e etc. Seu conteúdo foi elaborado através dos pronunciamentos dos deputados federais no campo da representação política. O quadro está dividido em três grandes áreas: Economia, contendo os assuntos: *desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional, geração de emprego e renda e relações de consumo*; Estado, remetendo a questões sobre: *administração pública, importação/exportação, política externa, previdência, privatizações-concessões, reforma política, segurança e tributação*; e Social, que é composta por: *cidadania, educação, inclusão social*,

⁷ Referências de trabalhos que usaram diferentes metodologias de classificação ideológico partidária.

⁸ Como mencionado na introdução, a proposta é do Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso, do Programa de Pós-Graduação, da Universidade Federal de Pelotas.

⁹ Nos termos de Laclau e Mouffe (2015).

indígenas, infância e juventude, LGBT's, meio ambiente, mulheres, negras e negros, relações agrárias e relações de emprego.

Esses tópicos representam subáreas dentro das grandes áreas no quadro, e cada uma possui uma série de sentidos, em quatro espectros ideológicos diferentes que representam as categorias de classificação, são eles: *esquerda conservadora, esquerda liberal, direita liberal e direita conservadora*¹⁰. Como em nossa pesquisa não houve nenhum projeto classificado nos espectros esquerda conservadora e direita conservadora, adiantamos que nossa análise se dará apenas entre a dicotomia direita liberal e esquerda liberal. Ainda existe outras duas possibilidades de classificação, *não classificável* e *sentido hegemônico*. A primeira diz respeito aos projetos de lei que não são passíveis de classificação ideológica. A segunda diz respeito aos sentidos que podem ser identificados tanto pelo espectro da esquerda, quanto pelo espectro da direita¹¹.

Projeto de lei é um dispositivo interessante para analisar o comportamento de determinados sujeitos do campo da representação política, pois trata-se de um conjunto de normas que são submetidas a uma tramitação dentro do poder legislativo, que, caso aprovados, passam a se tornar lei, mudando regras no social. Através desse mecanismo, podemos identificar e compreender o direcionamento das ações políticas dos parlamentares. O acesso aos PLs submetidos pelos deputados do PMDB, em 2015 e 2016, objeto de estudo desta pesquisa, se deu no site da Câmara Federal. Feita a coleta, encontraram-se 617 projetos de lei apresentados no ano de 2015 e 383, em 2016, totalizando 1000 PLs¹². A partir disso, realizou-se o download em PDF de todos os 1000 projetos de lei, dividindo-os em duas pastas referente aos anos, com o intuito de organizar o material. Optou-se por analisar apenas aqueles PLs que tangem a área de Estado, devido ao número total ser inviável de ser analisados por completo pelo período que se tinha para realizar esta pesquisa. Estado foi escolhido em detrimento das demais, pois, acredita-se que dada a atuação do partido na busca pelo poder, abordada na seção anterior, essa área poderia nos trazer uma abordagem mais interessante¹³.

¹⁰ Direita conservadora e esquerda conservadora representam os dois extremos do espectro ideológico. Direita liberal e esquerda liberal estão mais ao centro – ainda que a presente pesquisa não trabalhe com esta noção.

¹¹ Essa metodologia de classificação ideológica não trabalha com a noção de centro, pois ela é incompatível com a ideia de antagonismo presente na teoria do discurso de Laclau e Mouffe. Por causa disso, adaptamos os PLs que possuem uma característica centrista na categoria sentido hegemônico.

¹² No momento em que o download dos PLs foi feito, em maio de 2017, o site da Câmara dos Deputados indicava que, em 2015 e 2016, os deputados federais do PMDB publicaram 1001 projetos. Atualmente, novembro de 2018, o site indica que foram 1012. Devido a impossibilidade de encontrar os 11 faltantes, a análise foi feita com os PLs encontrados na primeira busca. Desses 1001 encontrados, estava o PL 3391-2015 apresentado pelo deputado Cabo Daciolo, que, na época, estava sem partido, portanto foi excluído da análise.

¹³ Estudos de diferentes partidos utilizando essa mesma metodologia na área Social mostram um número de PLs à esquerda bastante superior (GOMES, 2016; LUZ, 2017). Os números de PLs encontrados em Economia, e as suas subáreas, foram preteridos com relação à possibilidade da área Estado.

Iniciou-se, então, a leitura de todos os 1000 projetos de lei com o objetivo de identificar a área de atuação. Criaram-se duas pastas, uma para cada ano, onde em cada uma delas tinha quatro pastas, indicando as três grandes áreas, Economia, Estado e Social, e uma última para os não classificáveis. Na medida em que a área de atuação do projeto fosse encontrada, o PL era alocado para a pasta da área determinada. A análise dos projetos de lei em Estado teve o auxílio do programa Excel. Foram criadas planilhas para cada ano, onde cada uma contou com oito colunas indicando número do projeto de lei, ementa, data, autor, a explicação do que era proposto, caput, subárea, espectro ideológico, e qual sentido atribuído ao PL dentro do quadro de sentidos ideológicos. Partiremos para o resultado desse processo.

4. A ATUAÇÃO DO PMDB NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2015 E 2016

Nesta seção, apresentaremos os dados de nossa análise. Primeiramente, mostraremos quais projetos pertencem à área Estado. Em seguida, mostraremos a disposição das subáreas dentro da área Estado. Por último, o resultado da classificação ideológica dos projetos de lei.

Seguem os dados da busca da área dos 1000 projetos de lei apresentados pela bancada do PMDB, na Câmara dos Deputados, em 2015 e 2016.

Tabela 1 – Área dos PLs do PMDB (2015 e 2016) (%)

Área	PLs
Economia	18
Estado	32
Social	32
Não classificáveis	18
Total	100

N= 1000

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Como mostra a Tabela 1, dos 1000 projetos de lei publicados pelos deputados federais do PMDB, 18% encontram-se na área Economia, 32% em Estado, 32% em Social, e 18% dos PLs não possuem uma área de atuação. As áreas Estado e Social apresentaram a mesma porcentagem. No número absoluto, Estado leva uma pequena vantagem, contabilizando 325 no total, três a mais que Social, o qual teve 322. Economia e os PLs sem área também ficaram com a mesma porcentagem, porém, os que não possuem área tiveram um PL a mais, 177, enquanto Economia teve 176 encontrados.

Encontrado os PLs em Estado, seguimos para a análise dentro dessa grande área, observando quais os assuntos que os documentos tratam e quais a ideologia identificada nos PLs.

A distribuição das subáreas, em Estado, é apresentada na Tabela 3:

Tabela 2 – Subáreas (2015-2016) (%) (n)

Subárea	2015	2016	Total
Tributação	33 (58)	18 (32)	51 (90)
Segurança	23 (41)	12 (21)	35 (62)
Administração Pública	1 (2)	3 (6)	4 (8)
Reforma política	2 (4)	1 (2)	3 (6)
Privatizações/Concessões	2 (3)	1 (2)	3 (5)
Importação/Exportação	0 (0)	2 (3)	2 (3)
Previdência	0,5 (1)	0,5 (1)	1 (2)
Total	62 (109)	38 (67)	100 (176)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 2 mostra os 176 PLs classificados, excluindo os 7 com sentido hegemônico e os 142 não classificáveis.

Dos 176 projetos de lei, 51% são relacionados ao tema *Tributação*, sendo 33% em 2015, e 18% em 2016. Os PLs visando *Segurança Pública* correspondem a 35% do total de 176, sendo 23% em 2015, e 12% em 2016. *Administração Pública* teve 4% dos PLs, 1% em 2015, e 3% em 2016. Foram 4 PLs a mais em 2016, em relação com 2015, 2 apresentados no primeiro ano de estudo e 6 no segundo. Os PLs classificados na subárea *Reforma Política* contabilizaram 3%, sendo 2% em 2015, e 1% em 2016. Os projetos de lei visando o assunto *Privatizações/Concessões* contabilizaram 3%, sendo 2% em 2015, e 1% em 2016. Foram 3% PLs relacionados à *Importação/Exportação*, todas em 2016. A subárea com menor recorrência foi *Previdência*, com apenas 1% do total, sendo 0,5% em 2015, e 0,5% em 2016.

4.1. A IDEOLOGIA DAS POLÍTICAS DE ESTADO DOS PARLAMENTARES PEEMEDEBISTAS

Veremos, agora, a disposição ideológica dos PLs. Como foi possível observar, *Tributação* e *Segurança Pública* foram as subáreas de maior interesse dos parlamentares do PMDB em 2015 e 2016. Juntas, essas duas temáticas centralizaram 86% dos projetos de lei inseridos dentro da área Estado, contabilizando 152 PLs. Devido a isso, detalharemos como foram as suas análises internas.

Seguem as análises feitas sobre os PLs inseridos em *Tributação*.

Tabela 3 – PLs Tributação (2015 e 2016) (%) (n)

	Direita	Esquerda	Total
2015	44 (39)	21 (19)	65 (58)
2016	22 (20)	13 (12)	35 (32)
Total	66 (59)	34 (31)	100 (90)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 3 mostra que, dos 90 projetos de lei apresentados em 2015 e 2016 que tangem a subárea *Tributação*, 66% são políticas de direita e 34% de esquerda. Desse total de 90 PLs, 65% foram apresentados em 2015, e 35% em 2016. Foram 44% do total classificados à direita no ano de 2015, e 22% classificados à direita em 2016. Quanto aos documentos de esquerda, 21% foram caracterizadas em 2015, e 13% no ano de 2016. Percebe-se que os projetos de lei no espectro da direita prevaleceram, sendo o ano de 2015 o período com o maior número absoluto de PLs submetidos nessa subárea.

Os principais sentidos que deram origem às classificações das políticas sobre *Tributação* no espectro da direita, categoria que teve o maior número de todos PLs dos parlamentares peemedebistas em 2015 e 2016, foram: redução da carga tributária para estimular o empreendedorismo, e menos impostos para aumentar o poder de compra da população.

Para elucidar como as classificações foram dadas, mostraremos exemplos de classificações dos sentidos acima.

O PL 1943-2015 apresentado, em 16/06/2015, pelo deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), diz em seu caput: “Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os veículos de duas rodas destinados ao transporte de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), na forma que determina”. Tal medida propõe redução de imposto sobre os veículos destinados ao transporte de passageiros na categoria de táxi, a fim de auxiliar os empresários que possuem empreendimento nesse ramo. Portanto, classificou-se o projeto como “Estado-Tributação-Direita” através do sentido “redução da carga tributária para estimular o empreendedorismo”.

O PL 6231-2016 apresentado, em 04/10/2016, pelo deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC), diz em seu caput: “Isenta as câmeras de monitoramento, os eletrificadores de cercas e os alarmes para proteção contra roubo do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI”. Tal proposição visa reduzir o imposto sobre equipamentos de segurança, com o intuito de que o preço dessas mercadorias baixe e a população tenha a possibilidade de comprar esses itens de maneira mais acessível. Devido a isso, classificou-se esse projeto de lei em

“Estado-Tributação-Direita”, por causa do sentido “menos impostos aumentam o poder de compra da população”.

Os projetos de lei submetidos pelos parlamentares peemedebistas, em 2015 e 2016, na subárea *Tributação*, articulam-se com uma onda conservadora presente dentro do cenário político brasileiro, visto que os principais sentidos emanados dos PLs possuem uma lógica de redução de imposto visando o mercado. Almeida (2017) e Massemberg (2017) mostram que essa onda conservadora, crescente desde 2013, adota um discurso neoliberal onde defende-se a redução do Estado na vida dos cidadãos, estimulando o empreendedorismo e a livre iniciativa.

Sobre os PLs de tributação classificados à esquerda, percebemos que a maioria seguiu um sentido favorável ao incentivo fiscal às empresas, somente quando houver contrapartida social e redução da tributação sobre bens e serviços básicos. Para exemplificar:

O PL 3195-2015, apresentado, em 01/10/2015, pelo deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB) tem em seu caput: “Autoriza as pessoas físicas e as pessoas jurídicas a deduzirem do imposto de renda devido as doações feitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação”. Tal medida visa que pessoas jurídicas possam ter o imposto reduzido em troca de uma contrapartida social, que, no caso do PL, são doações ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Devido a isso, o projeto foi classificado como “Estado-Tributação-Esquerda”.

O PL 4732-2016 apresentado, em 15/03/2016, pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), diz em seu caput: “Concede descontos para as cooperativas de eletrificação rural na compra de energia”. Tratando-se de uma medida que visa diminuir o imposto sobre bens e serviços básicos, no caso energia, o PL foi caracterizado como “Estado-Tributação-Esquerda”.

Percebe-se que, tanto os projetos classificados na direita do espectro ideológico como os classificados à esquerda, seguem, em sua maioria, uma linha de redução de imposto, porém, com dois focos diferentes. Enquanto à direita visa a redução do imposto seguindo uma lógica de mercado, estimulando empreendedorismo e o poder de compra da população, os projetos à esquerda buscam uma redução do imposto visando benefícios sociais, como redução de bens e serviços básicos, e investimentos em setores públicos de alcance social. Analisando sob à luz da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, pode-se entender a redução de imposto como um significante flutuante, devido ao fato de perpetuar nos dois lados do espectro ideológico. Ao se inserir no campo da direita, sua equivalência se dá em conjunto com uma lógica capitalista, articulando-se à elementos de defesa do empreendedorismo e um maior poder de compra da população. Ao inserir-se no campo da esquerda, o sentido de redução de imposto se articula com elementos pautados na justiça social, como a garantia de bens e serviços básicos. Como vimos na

Tabela 3, em 2015 e 2016, o discurso da direita obteve maior força dentro do campo discursivo das políticas tributárias nos parlamentares do PMDB.

Veremos, agora, a análise sobre os PLs inseridos em *Segurança Pública*.

Tabela 4 – PLs Segurança Pública (2015 e 2016) (%) (n)

	Direita	Esquerda	Total
2015	55 (34)	11 (7)	66 (41)
2016	23 (14)	11 (7)	34 (21)
Total	78(48)	22 (14)	100 (62)

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Como observado na Tabela 4, dos 62 projetos de lei inseridos na subárea *Segurança Pública* em 2015 e 2016, 78% são de direita, e 22% são de esquerda. Do total de 62 PLs, 66% foram apresentados em 2015, e 34% em 2016. Foram 55% classificados à direita em 2015 e 23% à direita de 2016. Quanto aos PLs de esquerda, 11% foram em 2015, e os mesmos 11% em 2016. Percebe-se que nessa subárea, a direita teve uma larga vantagem, porém, a diferença entre os dois espectros ideológicos caiu em 2016. Enquanto, em 2015, teve apenas 7 PLs de esquerda em um total de 41, o ano de 2016 mostrou os mesmos 7, contudo, dentro de um total de 21 documentos.

Os dois sentidos que deram significação às classificações à direita do espectro ideológico dentro de segurança pública foram maior punição aos criminosos e flexibilização do porte de armas para defesa patrimonial e pessoal, sendo o primeiro com uma ocorrência bem maior.

Como exemplo de classificação, utilizando o sentido de maior punição aos criminosos, escolhemos o PL 2618-2015 apresentado, em 12/08/2015, pelo deputado Manoel Júnior (PMDB-PB), que diz em seu caput: “Altera o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de aumentar a pena do crime de roubo quando cometido nas dependências de estabelecimentos de ensino ou hospitalares”. A proposta visa aumentar a pena para quem praticou roubo em estabelecimentos de ensino ou hospitalares, portanto, optou-se por classificar o referido projeto de lei como “Estado-Segurança Pública-Direita”.

O PL 1952-2015 apresentado, em 17/06/2015, pelo deputado Vitor Valim (PMDB-MA), é um exemplo de classificação utilizando o sentido flexibilização do porte de arma para defesa patrimonial e pessoal. Seu caput diz: “Altera art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”. A proposta visa conceder o direito ao porte de armas para os policiais aposentados. Por se tratar uma proposta em que, de

certa maneira, flexibiliza o estatuto do desarmamento a determinada categoria classificou-se em “Estado-Segurança Pública-Direita”.

As políticas na temática *Segurança Pública* propostas pelos parlamentares peemedebistas, em 2015 e 2016, adotaram elementos importantes de um discurso conservador. Segundo Massemborg (2017), uma das “ideias força” que movem o crescimento da direita no Brasil, é o conservadorismo moral. Implica-se que o superdimensionamento da criminalidade e violência deve ser resolvido através de medidas como a redução da maioria penal, o recrudescimento das penas judiciais, críticas aos direitos humanos e a revogação do estatuto do desarmamento (MASSENBORG, 2017). A onda conservadora visa, na área de segurança pública, adotar medidas governamentais que implicam em posturas mais repressivas e punitivas, que em geral, têm maior clamor popular (ALMEIDA, 2017).

Quanto às políticas de esquerda dentro de *Segurança Pública*, embora tenham sido poucas, percebe-se que essas medidas cresceram proporcionalmente em 2016, na relação com 2015. Em 2015, foram 7 de 41 PLs promovidos nesse ano no âmbito da Segurança Pública. Em 2016, foram os mesmos 7, porém, dentro de 21 PLs em Segurança Pública. Das 14 políticas de Segurança Pública classificadas à esquerda (nos dois anos), boa parte adotou o sentido “políticas reeducativas e de assistência social aos detentos”. Um exemplo dessa classificação foi o PL 873-2015, apresentado no dia 24/03/2015, pelo deputado Laudívio Carvalho (PMDB-MG), que diz em seu caput: “Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre licitações e contratos da Administração Pública, para instituir reserva de vagas para reeducandos do sistema prisional”. O projeto visa destinar vagas de emprego para detentos em regime semiaberto, nas empresas que administração pública contrata. Visto que se trata de uma medida de ressocialização de presos, classificou-se o PL como “Estado-Segurança Pública-Esquerda”.

Os sentidos que sustentaram às classificações dentro de segurança pública evidenciam o corte antagônico entre esquerda e direita dentro do espectro ideológico. Se a maioria das políticas dentro dessa subárea seguiram um discurso punitivo, onde buscava-se um aumento no tempo de cárcere aos criminosos, as poucas políticas classificadas à esquerda foram exatamente na sua diferença, visando mecanismos de reinserção social, através de estudo ou trabalho, como uma maneira de reduzir o tempo de prisão dos detentos e, ao mesmo tempo, reintroduzi-los na sociedade.

Visto as duas principais subáreas, a seguir, apresentar-se-á a disposição dos projetos de lei apresentados nos demais assuntos dentro de *Estado*.

Segue o mapeamento da disposição de PLs dentro das outras subáreas. Esses PLs representam apenas 14% das medidas que contém alguma subárea.

Tabela 5 – PLs Outras subáreas (2015 e 2016) (n)

Subáreas	Direita	Esquerda	Total
Administração Pública	5	3	8
Importação/Exportação	2	1	3
Previdência	2	0	2
Privatizações/Concessões	2	3	5
Reforma Política	1	5	6
Total	12	12	24

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Seguindo os dados da Tabela 5, foram 24 projetos de lei inseridos dentro de Estado que não foram alocados em *Tributação* ou *Segurança Pública*. O panorama é:

- 8 estão em *Administração Pública*, 5 à direita e 3 à esquerda;
- 3 em *Importação/Exportação*, 2 à direita e 1 à esquerda;
- 2 em *Previdência*, os 2 à direita;
- 5 em *Privatizações/Concessões*, 2 à direita e 3 à esquerda;
- 6 em *Reforma Política*, 5 à esquerda e 1 à direita.

Dos 24 PLs, foram 12 classificados à direita e 12 classificados à esquerda, manifestando um equilíbrio na disposição ideológica. O expoente das políticas de direita se deu na subárea *Administração Pública*, com 5 classificações à direita, prevalecendo o sentido “defesa da modernização tecnológica e gerencial do Estado”. O expoente da esquerda se deu em *Reforma Política*, onde dos 6 PLs inseridos nesta subárea, 5 foram classificados na esquerda, prevalecendo o sentido “defesa de uma reforma política que assegure a existência de partidos consistentes, com ampla representação social”.

Vista as análises dentro das subáreas, entraremos agora no panorama geral dos dados das classificações ideológicas dentro da área Estado. Primeiramente, será abordado as análises relativas aos anos e, em seguida, 2015 e 2016 juntos.

Tabela 6 – PLs em Estado por ano (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	2015	2016
Direita	38	35
Esquerda	15	20
Sentido hegemônico	3	1
Não classificáveis	44	44
Total	100	100

N 2015 = 204; N 2016 = 121

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 6 mostra que, dos 204 projetos de lei inseridos na área Estado em 2015, 38% foram classificados à direita do espectro ideológico, 15% à esquerda, 3% têm sentido hegemônico, 44% foram diagnosticados como não classificáveis. Dos 121 projetos de lei inseridos na área Estado publicados em 2016, 35% foram diagnosticados à direita do espectro ideológico, 20% à esquerda, 1% teve sentido hegemônico, 44% não foram passíveis de classificação.

Se analisar apenas os projetos de lei inseridos em algum lado do espectro ideológico, excluindo os não classificáveis e os que contêm sentido hegemônico, tem-se os seguintes resultados:

Tabela 7 – PLs Estado espectro ideológicos (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	2015	2016
Direita	71	63
Esquerda	29	37
Total	100	100

N 2015 = 109 N 2016 = 67

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 7 mostra que, de 109 PLs dentro da área Estado, em 2015, possuem sentido ideológico, 71% foram classificados como direita, e 29% classificados como esquerda. Dos 67 PLs inseridos em algum espectro ideológico em 2016, 63% estão alocados à direita, e 37% à esquerda.

Os dados mostram que os parlamentares peemedebistas no ano de 2015 tiveram um comportamento similar com 2016, com as políticas à direita do espectro ideológico se sobressaindo em relação às de esquerda. A porcentagem de PLs à direita se manteve a cima de 60%, e as políticas à esquerda não alcançaram 40% nos dois anos. Em 2016, foi possível perceber um aumento de 8% na porcentagem dos projetos apresentados à esquerda dentro dos PLs passíveis de classificação ideológica.

Percebe-se que o ápice dos projetos de lei à direita do espectro ideológico foi em 2015. Justamente no ano em que o PMDB rompeu com o PT, partido com o qual fazia parte da coalizão de governo, e iniciou a articulação para o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff. Os PLs classificados como de esquerda tiveram um aumento de 8% em 2016, ano em que o PMDB chegou à Presidência da República.

A seguir, serão apresentados os dados gerais da classificação ideológica dos projetos de lei submetidos pelos deputados do PMDB em 2015 e 2016.

Tabela 8 – PLs em Estado (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	PLs
Direita	37
Esquerda	17
Sentido hegemônico	2
Não classificável	44
Total	100

N= 325

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

Como mostram os dados da Tabela 8, do total de projetos de lei que foram publicados na área *Estado* em 2015 e 2016, 37% foram caracterizados à direita do espectro ideológico, 17% classificados à esquerda, apenas 2% com sentido hegemônico e 44% são projetos não classificáveis.

Ao observar apenas aqueles inseridos dentro de algum espectro ideológico, excluindo os não classificados e com sentido hegemônico, tem-se os seguintes resultados:

Tabela 9 – PLs no espectro ideológico (2015-2016) (%)

Espectro ideológico	PLs
Direita	67
Esquerda	33
Total	100

N= 176

Fonte: Elaboração própria com base em Câmara (2017).

A Tabela 9 indica que, do total de 176 PLs com espectro ideológico em 2015 e 2016 na área *Estado*, 67% foram classificados como de direita, 33% como esquerda. Portanto, percebe-se que houve uma significativa diferença entre os projetos de lei alocados a direita, com relação aos de esquerda, contabilizando apenas aqueles que possuem algum sentido ideológico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar o comportamento ideológico dos deputados federais do PMDB, nos anos de 2015 e 2016, por meio dos projetos de lei submetidos pelos mesmos, utilizando uma nova metodologia de classificação ideológico partidária calcada na teoria de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Os resultados mostraram que, dos 325 PLs inseridos dentro da área *Estado*, 37% estão inseridos à direita do espectro ideológico, 17% à esquerda, 2% com sentido hegemônico e 44% não foram passíveis de classificação. Ao considerarmos os 176 projetos dentro do espectro

ideológico, 67% estão à direita e 33% à esquerda. As subáreas mais recorrentes foram *Tributação* e *Segurança*, juntas, representando 86% dos PLs, e em ambas os sentidos de direita também prevaleceram.

Apesar dos projetos de lei dos parlamentares peemedebistas não se alocarem em sua totalidade ao espectro da direita, os 67% representam uma vitória discursiva significativa entre os deputados do PMDB, devido a diferença entre os dois lados do espectro, principalmente ao verificarmos que os sentidos que mais deram significação aos projetos convergem com uma onda conservadora no cenário político brasileiro que começou a tomar forma a partir de 2013.

O PMDB é possui ampla capacidade de diálogo entre os partidos de direita e esquerda. Compreender sua atuação através de suas políticas é fundamental para desvendar a identidade do mesmo, principalmente no período em que se destinou estudar, onde o partido esteve diretamente ligado ao processo de *impeachment* que acabou derrubando Dilma da Presidência da República e colocando-se como cabeça de chapa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. 2017. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cad. Pagu*. Campinas, n° 50.
- BRASIL. *Portal da Câmara Federal*. Disponível em: [<http://www2.camara.leg.br/>] [Acesso em: mai. 2017].
- FLEISCHER, D. 2015. Os Partidos Políticos. IN: AVELAR, L. *Sistema Político Brasileiro – Uma introdução*. 3ª ed. Editora UNESP.
- GOMES, R. A. 2016. *O comportamento ideológico do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007) no âmbito da Política Social*. 140f. Pelotas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.
- JORGE, V., SILVA, M., FARIA, A.; FERREIRA, A. 2018. Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento do PT e do PSDB. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 26, n° 67, p. 1-20.
- KINZO, M. D. 1988. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966/1979)*. São Paulo, SP: Vértice.
- KINZO, M. D. 2007. Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In: KINZO, M. D., BRAGA, M. S. (Orgs.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, p. 139-158.
- LIMONGI, F., FIGUEIREDO, A. 1995. Partidos políticos na câmara dos deputados: 1989-1994. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 38, n° 3, p. 497-525.

LACLAU, E., MOUFFE, C. 2015. *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical*. São Paulo, Intermeios.

LUZ, M. 2017. *Em busca de um discurso social: A ideologia da política social do PSDB na Câmara dos Deputados na 52ª Legislatura (2003-2007)*. 144f. Pelotas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

MELO, P. V. T. P. 2013. *O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel*. 205f. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais.

MESSENBERG, D. 2017. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Soc. estado*. Brasília, vol. 32, nº 3, p. 621-648, dec.

POWER, T., ZUCCO Jr., C. 2009. Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, Baltimore, vol. 44, nº 1, p. 219-246.

SINGER, A. 2018. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.

TAROUCO, G., MADEIRA, R. M. 2013. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, vol. 21, nº 45, p. 149-165, mar.

VELOSO, F., VILLELA, A., GIAMBIAGI, F. 2008. Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. *Rev. Bras. Econ.* Rio de Janeiro, vol. 62, nº 2, p. 221-246, jun.